

Socorro a Estados, o custo do desmando

ESTADO DE SÃO PAULO

*6 DEZ 1996

Dívida Pública

O governo federal, isto é, cada contribuinte, seja qual for sua residência, está assumindo custos enormes com a renegociação das dívidas de Estados. Isto sempre foi claro, mas só agora se começa a dimensionar o subsídio embutido nessa operação. O primeiro cálculo, baseado apenas no caso de São Paulo, foi feito pelo economista Lauro Vieira de Faria, redator-chefe da revista *Conjuntura Econômica*, para um artigo programado para a edição de janeiro. Só o acordo sobre a dívida paulista custará à União, em valor presente, cerca de R\$ 15 bilhões, tomando-se como base os juros previstos, de 6% ao ano acima da variação do IGP, e o prazo de 30 anos. Para estimar o custo do crédito concedido pelo governo federal, o economista aplicou juros reais de 12% ao ano, compatíveis, em sua opinião, com o risco envolvido.

A situação alternativa, convém lembrar desde logo, não seria o custo zero para os contribuintes. De alguma forma, as pessoas teriam de pagar pelo desequilíbrio financeiro dos Estados. Pagariam pondo mais dinheiro no cofre estadual ou, mais provavelmente,

deixando de receber os serviços públicos. No caso, os Estados participantes da renegociação ganham alguma folga financeira. Poderão, portanto, se governados com um mínimo de seriedade, proporcionar serviços que de outra forma seriam inviáveis. Mas o custo do ajuste será transferido para o governo federal, com maior endividamento e restrições maiores ao seu potencial de gasto. Com a transferência do problema para a União, porém, cada contribuinte passa a pagar pelos problemas de todos os Estados, tanto ao recolher impostos federais quanto, possivelmente, ao ser privado de benefícios que a União poderia oferecer.

Esta segunda perda, por enquanto, é pelo menos em parte hipotética e depende da política de transferências do governo federal. Tradicionalmente, São Paulo é fornecedor líquido de recursos para a União. Parte da receita fiscal produzida pelo Estado é transferida, normalmente, para outras regiões, tanto por via constitucional quanto por meio de aplicações voluntárias do governo da União. Seria precipitado, portanto, afirmar que os cidadãos de outros Estados passam a suportar

um peso iniquamente distribuído, por causa do tamanho da dívida paulista renegociada. O episódio mostra, de toda forma, outra face do estranho federalismo brasileiro. Falou-se muito em descentralização fiscal e autonomia dos Estados, mas os fatos são muito diferentes. Primeiro, a maior parte dos Estados depende da União para completar a receita e cobrir os gastos normais — para nem falar dos investimentos. De outro, são incapazes de resolver, sozinhos, problemas causados pela má administração. Em relação ao primeiro aspecto, a posição de São Paulo é excepcional. Em relação ao segundo, não. Mas essa diferença envolve uma consequência especial: quando se trata de socorrer São Paulo, o custo, em termos absolutos, também é maior.

Tudo isso deve ser levado em conta, quando se comenta o peso de cada Estado no custo da renegociação. O que está em jogo, de fato, não é o socorro a esta ou àquela unidade, mas o conserto de um

desastre nacional, causado pelo descontrole das finanças estaduais. O governo federal, tanto pela tolerância do Executivo quanto pelas facilidades criadas no Legislativo, é em parte responsável pelo estrago. A má situação dos bancos oficiais foi apontada, há vários anos, pelo Banco Central. O endividamento abusivo dos Tesouros também não é novidade. Mas o socorro aos bancos oficiais continuou e foi muito além

do razoável. Faltou ao governo central força política para apoiar o BC na aplicação de um controle severo.

O subsídio total poderá ser muito maior que aqueles R\$ 15 bilhões, se a renegociação cobrir todo o débito dos Estados, como pretendem os governadores e reivindicam muitos senadores. O custo maior pode nem ser o subsídio, mas o aumento da dívida federal em troca de um compromisso, assinado por governadores em meio de mandato, de bom comportamento na administração dos Estados. Quanto valerá essa promessa dentro de cinco anos?

Ajuda a São Paulo pode custar R\$ 15 bilhões. É parte do preço de um estrago político e fiscal muito maior